



**PROCESSO TC nº 09.089/21**

## **RELATÓRIO**

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente da Paraíba Pevidência, **Sr. José Antonio Coelho Cavalcanti**, concedendo aposentadoria voluntária com proventos integrais a **Sra. Francisca Maria Nunes Melo**, matrícula nº 132.417-9, Auxiliar de Serviço, lotada na Secretaria de Estado da Educação, que contava, à época, com 32 anos, 07 meses e 5 dias de tempo de contribuição e idade de 57 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

***Antônio Gomes Vieira Filho***  
Conselheiro - Relator

## **VOTO**

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo [Portaria A nº 0165] e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

***Antônio Gomes Vieira Filho***  
Conselheiro - Relator



## 1ª Câmara

Processo TC n° 09.089/21

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): *Francisca Maria Nunes Melo*

Órgão: **Paraíba Pevidência**

Gestor Responsável: *José Antonio Coelho Cavalcanti*

Procurador/Patrono: **Não Há**

Aposentadoria voluntária com proventos integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC n° 0810/2021

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do **Processo TC n° 09.089/21**, referente aposentadoria voluntária com proventos integrais da **Sra. Francisca Maria Nunes Melo**, matrícula n° 132.417-9, Auxiliar de Serviço, lotada na Secretaria de Estado da Educação, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório [Portaria A n° 0165], tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

**Publique-se, registre-se e cumpra-se.**

**TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 15 de julho de 2021.**

Assinado 16 de Julho de 2021 às 10:27



**Cons. Antônio Nominando Diniz Filho**  
PRESIDENTE

Assinado 16 de Julho de 2021 às 09:18



**Cons. Antonio Gomes Vieira Filho**  
RELATOR

Assinado 16 de Julho de 2021 às 09:49



**Luciano Andrade Farias**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO